Revista IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

A população rural do território da Serra Geral Minas Gerais.Camponeses ou agricultores familiares?

The rural population of Serra Geral's territory in Minas Gerais. Peasants or family farmers?

Marco Aurélio Noce[1]

José Ambrósio Ferreira Neto[2]

Resumo

Neste trabalho buscamos, por meio de dados e informações levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(IBGE) e pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater – MG), estabelecer um paralelo entre as características socioeconômicas dos pequenos produtores rurais do território da Serra Geral na região Norte de Minas Gerais, e os conceitos e definições de campesinato defendidos por diversos estudiosos do tema. Baseado na análise e na confrontação dessas informações, concluímos que os agricultores, alvo do estudo, apresentam

[1] Doutorando em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Funcionário da Embrapa Milho e Sorgo marco.noce@embrapa.br

[2]Prof. Dr. da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural – PPGER do Departamento de Economia ruralambrosioufv@gmail.com

características comportamentais que permitem a sua designação como "camponeses", de acordo com as definições de alguns estudiosos contemporâneos para o moderno campesinato. Sustentamos ainda a necessidade do conhecimento aprofundado deste público para o estabelecimento de políticas públicas que interfiram positivamente naquela realidade.
***Palavras-chave**: pequenos agricultores, campesinato, políticas públicas.*

Abstract

We seek in this work, using data and information collected by, Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Brazilian Company for Technical Assistance and Rural Extension of the State of Minas Gerais (MG Emater), drawing a parallel between socio-economic characteristics of small farmers in the territory of Serra Geral in northern Minas Gerais, and the concepts and definitions of peasantry defended by many researchers. Based on the analysis and confrontation of this information, we conclude that the target of the study farmers have behavioral characteristics that allow their classification as "peasants", according to the definitions of some contemporary researchers to modern peasantry. Still argue the need for detailed knowledge of the public to establish public policies that have a positive impact on that reality.
***Keywords:** small farmers, peasants, public policies.*

1. Introdução

O território denominado "Serra Geral" faz parte de um dos nove territórios instituídos pelo governo federal dentro do programa "Territórios da Cidadania".Este programa tinha como objetivos, conforme divulgado pelo governo, promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. No território da Serra Geral, localizado geograficamente no Norte de Minas Gerais, estão distribuídos 16 municípios: Catuti, Gameleiras, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Pai Pedro, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Espinosa, Jaíba, Janaúba, Manga, Matias Cardoso, Nova

Porteirinha, Porteirinha e Verdelândia. Ele possui uma área total de 20.581,20 Km², cujas condições climáticas são predominantemente do tipo semiárido. Sua economia é baseada principalmente nos setores agrícola e pecuário. A população rural do território, composta em sua maioria por agricultores familiares,baseia sua economia e subsistência na produção de pequenos animais, na bovinocultura de leite e em pequenas lavouras, principalmente de milho e de feijão. Porém, em decorrência da baixa tecnologia empregada nos sistemas de produção, da falta de assistência técnica e de recursos, aliadas à severidade das condições edafoclimáticas regionais, as produtividades obtidas nestas atividades têm sido bem inferiores à média nacional. Tal situação obriga os produtores a buscarem outras fontes de renda, externas às suas propriedades, como forma de reprodução social, que, de acordo com Almeida (1986), em se tratando da agricultura familiar, diz respeito à maneira como essas unidades familiares combinam trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional, de modo a atender às necessidades da família e prover os recursos necessários à continuação do processo produtivo.

Em 2 de junho de 2011, o governo federal lançou, por meio do Decreto nº7.492, o Plano Brasil sem Miséria (PBSM), com o objetivo ambicioso, segundo o próprio governo, de superar a extrema pobreza até o final de 2014. O PBSM era coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e tinha a finalidade de melhorar as condições de vida dessas populações, por meio de ações voltadas para o incremento e o aprimoramento do processo produtivo nas propriedades rurais onde habitam e trabalham essas pessoas, alvo prioritário da vertente rural do programa. OPBSM previa a liberação de pequenas quantias de recursos financeiros a fundo perdido, visando ao

incremento da produção, além de ações de capacitação e assistência técnica. O foco do programa estava direcionado para os Territórios da Cidadania já instituídos e que representavam regionalmente os maiores bolsões de miséria. Assim, os territórios contemplados estavam quase todos localizados nas regiões semiáridas do Nordeste brasileiro e do Norte de Minas Gerais, entre os quais foi contemplado o território da Serra Geral. A identificação do público-alvo do PBSM no território da Serra Geral, que,em princípio, deveria se enquadrar nos parâmetros definidos pelo governo para a categoria de miseráveis (renda mensal média inferior a R$ 70,00), ficou a cargo da Emater– MG.

No entanto, em nossa percepção, a simples liberação de quantias monetárias e ações de transferência de tecnologia, não são suficientes para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Seria necessário conhecer melhor o público a ser beneficiado pelo programa — seus hábitos, costumes, limitações, necessidades e anseios —para só então definir as estratégias de ação. Entendemos que o primeiro passo nesse sentido estaria na caracterização dessas populações. Quem são os agricultores familiares do território da Serra Geral? São agricultores capitalistas, porém descapitalizados, e que persistem nessa situação apenas por falta de opções, ou são camponeses em uma concepção mais clássica do termo?

2. Fundamentação teórica

Há bastante tempo o campesinato tem sido motivo de interesse de uma legião de estudiosos. Antropólogos, sociólogos, economistas, entre outros profissionais, autores considerados clássicos como Eric Wolf e Robert Redfield e estudiosos contemporâneos como José de Souza

Martins e Maria de Nazareth Baudel Wanderley vêm pesquisando esta categoria social desde o debate clássico na Europa feudal, passando pelas populações camponesas tradicionais no Oriente e na América,até a sua relação conflituosa com o capitalismo industrial do mundo moderno. A principal fonte de divergências entre estes estudiosos está justamente no reconhecimento e na caracterização do campesinato no contexto pós-capitalismo.Não existe sequer o consenso sobre a existência ou não do campesinato na sociedade moderna, muito menos uma definição consensual sobre ele. MENDRAS (1976) entende ser muito difícil caracterizar o camponês como se fosse um tipo único, não sendo possível generalizar o modelo clássico do camponês europeu para todas as sociedades agrárias existentes no mundo.Esse autor é taxativo ao anunciar o fim do campesinato, em decorrência da pressão da sociedade capitalista industrial. Segundo ele,a sociedade urbanizada e industrializada não suporta que em seu seio um segmento importante da população se mantenha marginal e conserve suas peculiaridades de produção e de vida de forma independente.Ainda NAVARRO(2010) sustenta que o desenvolvimento do capitalismo no campo vem modificando lentamente não apenas a estruturação produtiva, tecnológica e econômico-financeira, mas também materializando novos comportamentos entre os agricultores, o que se refletiria em novos valores, uma nova cultura e uma nova racionalidade.

Outros autores têm uma concepção diferente para o moderno campesinato. Apesar de não negarem as modificações ocorridas no comportamento dos camponeses, decorrentes da necessidade de adaptação à realidade do sistema capitalista, consideram que tal fato não determinou o fim da categoria, mas simplesmente uma mudança. Entendem que os valores básicos que definem o campesinato ainda

persistem em comunidades agrícolas tradicionais por diversas regiões do mundo. Sustentam que, ao contrário do que muitos pensam, o campesinato nunca se manteve isolado e sempre teve contato com o mercado, promovendo relações de trocas de mercadorias tanto dentro quanto fora das comunidades em que viviam.O que mudou foi a forma como tais contatos são efetuados. WOLF (1970) vê o campesinato como transição entre o primitivo e o moderno, estando condicionado às trocas comerciais externas, através das coalizões formadas.Nessa mesma perspectiva,QUEIRÓZ (1976) sustenta que as sociedades camponesas, como muitos argumentam, não se constituem em grupos isolados, pelo contrário, integram-se em diferentes níveis; existindo relações locais, regionais e mesmo externas às regiões onde vivem.

Com relação ao campesinato no Brasil,Queiróz (1976) enfatiza que, apesar de pouco estudada ou mesmo negada, a classe camponesa no Brasil existe desde o período colonial, em sincronia com as grandes fazendas monocultoras, pois tinha a seu cargo a produção de gêneros que abasteciam essas empresas e povoados. Segundo a autora, o camponês pode ser definido por características básicas, dentre elas a destinação prioritária da produção para o sustento da família e a produção em sistema de policultura. Também Wanderley (1999) considera que o campesinato brasileiro existe e apresenta características particulares, geradas a partir da história social do país e que tornam possível sua adaptação às exigências da sociedade moderna, porém sem perder o seu modo peculiar de viver.A autora entende que o campesinato não está necessariamente restrito a uma agricultura dita de subsistência, podendo atuar no mercado de acordo com suas necessidades de sobrevivência. A autora defende ainda a importância da pluriatividade e do trabalho externo de membros da família, e

argumenta que estes tipos de atividades não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem artifícios que a família utiliza para viabilizar sua manutenção e reprodução.Da mesma forma,Woortmann (1990) não entende a integração ao mercado como, necessariamente, uma baixa campesinidade. O autor enfatiza que a tradição não é impedimento para a modernização, corroborando a viabilidade da coexistência pacífica entre a tradição camponesa e a modernidade do sistema capitalista.Nesta mesma linha, Altafin (2007) não entende as transformações vividas pelo pequeno agricultor moderno como uma ruptura com seu sistema de vida anterior, mas sim uma forma de adaptação às novas exigências da sociedade, sem perder a tradição camponesa.

A dificuldade, portanto, dada a diversidade de conceitos e definições,está em determinar de forma clara as características e peculiaridades da classe dita "camponesa" no Brasil, suas ameaças e perspectivas. Segundo Van der Ploeg (2008),existe grande diversidade de grupos agrários atualmente no país, constituídos por diferentes modos de fazer agricultura, mas que se misturam de forma bastante confusa em diferentes graus, variando desde aqueles sistemas semelhantes ao modo camponês, até aqueles que praticam uma lógica completamente diferente.No entanto, o autor considera que não existe uma demarcação bem definida, que possibilite a diferenciação entre o camponês e o empresário agrícola.

Há que se considerar que as ponderações dos estudiosos, citadas anteriormente, se basearam em pesquisas realizadas em diferentes épocas e contextos, além de abordagens teóricas distintas. No entanto, a análise e confrontação desses estudos, entre autores antigos e modernos,

são importantes na tentativa de se estabelecer uma identidade para essa classe de agricultores. Entendemos que, mais importante que delimitar a classe camponesa dentro de características específicas, seria entender os tipos e o grau de interação desses indivíduo sem suas comunidades,entre eles e com o mercado, de forma a obter subsídios que possibilitem, quando necessário, interferir nesta relação de forma precisa e eficiente, visando desenvolver, melhorar e/ou fortalecê-la.

Hoje, no Brasil, visando ao estabelecimento de políticas públicas, convencionou-se,para distinguir os pequenos produtores rurais dos demais agricultores, o uso do termo "agricultura familiar".A atual legislação distingue o agricultor familiar como aquele que atende aos seguintes requisitos: não possuir mais do que quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente mão de obra familiar, obter a maior parte da renda familiar através da atividade rural e que seja o gestor desta atividade.NAVARRO (2011) explica que a criação e a delimitação do termo dentro dos requisitos acima tiveram finalidade política, objetivando possibilitar a esse público o acesso às políticas governamentais. Entretanto, apesar de reconhecer a importância da medida no contexto da época, o autor considera uma temeridade a continuação da utilização do termo para designar um segmento tão amplo e tão heterogêneo da população. Segundo o autor, dentro da designação oficial poderiam se enquadrar, desde agricultores com características camponesas de produção até modernos empresários rurais.

Neste trabalho, é feita uma análise da população rural do território da Serra Geral, sob o ponto de vista econômico e social, buscando caracterizar melhor este público. Procuramos ainda estabelecer um paralelo entre as características desta população e

aquelas atribuídas ao campesinato, por meio da confrontação entre as diversas teorias. Desta forma, pelo conhecimento aprofundado das características socioculturais desse público, acreditamos ser possível determinar com melhor probabilidade de acerto, as políticas públicas visando melhorias econômicas e sociais em seu modo de vida.

3. Metodologia

Os dados utilizados para as análises foram obtidos por meio do último Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como de informações dos municípios do território da Serra Geral disponíveis no site do IBGE/CIDADES (2012).Buscou-se estabelecer o perfil médio socioeconômico-produtivo do agricultor daquela região. A outra fonte de dados vem de pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater MG), em 2011, encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com objetivo de estabelecer um diagnóstico dos agricultores do território da Serra Geral, que se enquadram abaixo da linha de pobreza determinada pelo governo (R$ 70,00 de rendimento mensal). Tal pesquisa tinha como meta a obtenção de subsídios para elaboração de política pública de atendimento a essa população, de acordo com os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).Os resultados do trabalho da Emater, em nosso entender, possibilitaram visão mais acurada de como os agricultores buscam a sua reprodução social, complementando as informações do IBGE.

Optamos por analisar, dentro da pesquisa da Emater, os dados relativos à composição de renda dos agricultores familiares do município

de Serranópolis de Minas, que compõe um dos 16 municípios do território. A opção pelo município se justifica por ser o de menor área e menor número de estabelecimentos rurais: 471 no total (IBGE, Censo Agropecuário 2006). O menor número de questionários aplicados facilitou a compilação e a análise dos dados. Por outro lado, entendemos que as características socioeconômicas do público de interesse naquele município são representativas do perfil médio do agricultor familiar do território da Serra Geral. Os dados foram obtidos por meio de questionários aplicados pela Emater a 28 famílias de produtores rurais do município em questão, selecionadas por se enquadrarem como miseráveis dentro dos parâmetros do governo federal, de modo a serem beneficiadas pelo programa governamental. Os resultados apresentados a seguir, no entanto, demonstram ser questionável tal interpretação.

4. Resultados e discussão

A população rural do território da Serra Geral é de 105.188 habitantes, ou seja, 58%, aproximadamente, da população total de 180.437, sendo que, na média nacional, a população rural não passa de 15% do total(IBGE, 2010). É constituída, em sua maioria, de pequenos produtores rurais, que normalmente residem em suas propriedades e praticam uma agricultura tradicional, considerada de baixo nível tecnológico em relação aos modernos padrões de produção agropecuária, basicamente para consumo próprio e utilizando-se de mão de obra essencialmente familiar.No que se refere ao rendimento, verificou-se que a renda média mensal rural da região em 2012, ano do último levantamento de dados do IBGE, era de R$ 294,60, bem abaixo do salário mínimo brasileiro da época.Os indicadores utilizados pelo IBGE

para determinação do grau de desenvolvimento da população (Tabela 1)corroboram a situação de pobreza que impera no território da Serra Geral. O índice de pobreza, que representa o percentual de habitantes considerados pobres na região, chega a 54% pela média dos municípios, muito acima do índice do país, que está abaixo de 30%. Já a média dos municípios para o índice de Gini, coeficiente utilizado para determinar o grau de desigualdade entre as camadas da população, está em 0,39, bem abaixo da média nacional, próxima de 0,6. Tal fato indica que a desigualdade social não é o principal problema da região, homogeneizada pela pobreza.Com relação ao índice de desenvolvimento humano (IDH) — 0,63 pela média dos municípios, apesar de melhora substancial nos últimos 20 anos —, continua baixo, inferior à média nacional, que está acima de 0,75.

Tabela 1 – Índice de pobreza, índice de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das populações dos municípios do território da Serra Geral – MG

Município	Índice de pobreza (%)	Índice de Gini (%)	IDHM
Catuti	49,80	0,36	0,621
Gameleiras	57,70	0,44	0,650
Mamonas	47,41	0,39	0,618
Mato Verde	57,52	0,42	0,662
Monte Azul	47,59	0,41	0,659
Pai Pedro	50,63	0,35	0,590
Riacho dos Machados	61,04	0,41	0,627
Serranópolis de Minas	58,36	0,37	0,633
Espinosa	53,13	0,41	0,627

Jaíba	44,18	0,36	0,638
Janaúba	54,70	0,40	0,696
Manga	66,04	0,47	0,642
Matias Cardoso	60,10	0,39	0,616
Nova Porteirinha	39,32	0,33	0,641
Porteirinha	53,08	0,41	0,651
Verdelândia	63,34	0,37	0,584
TOTAL	54,00	0,39	0,630

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Quanto ao tipo de posse, os dados do IBGE (Censo Agropecuário 2006) mostram que em um universo de 22.869 propriedades rurais, 84% — a grande maioria — são próprias, isto é, as terras são ocupadas pelos proprietários. O restante se divide em arrendatários (0,9%), ocupantes (8,5%), parceiros (0,6%) e assentados (3,5%).Com relação à distribuição fundiária, os dados dos 16 municípios indicam uma área média por propriedade rural em torno de 68 ha.

As principais culturas agrícolas exploradas na região são o milho e o feijão. O plantio destes grãos ocorre de forma relevante em todos os municípios do território e está presente em quase todas as propriedades rurais.O baixo nível tecnológico empregado e o rigor das condições climáticas determinam o baixo rendimento destas culturas, com produtividades de um quarto da média nacional na safra 2012; 893 Kg/ha para o feijão e 961 Kg/ha para o milho, de acordo com dados do IBGE.Verifica-se, no entanto, que apesar dos sucessivos resultados ruins, o agricultor não desiste de plantar, repetindo a lavoura ano após ano, evidenciando a importância que tem estes produtos em seu meio de vida, para seu consumo e de suas criações. O destino prioritário da

produção agropecuária, apesar de eventual comercialização dos excedentes, está na manutenção de sua família.Tal fato pode ser constatado quando analisamos os dados do IBGE que se referem à produção de aves e ovos (Tabela 2). Verifica-se que quase todas as propriedades possuem pequenas criações de aves, média de 33 cabeças por propriedade, já que este tipo de produção tem grande importância para essas populações como fonte de proteína animal na forma de ovos e carne. Por outro lado, os dados mostram que apenas 14% das propriedades (média dos 16 municípios), comercializam o excedente da produção de ovos. Para os restantes 86%, a produção se destina exclusivamente ao consumo das famílias. Considerando-se que pelo menos metade desses animais sejam aves de postura (o restante se destinaria à produção de carne) e uma média de produção de 100 ovos/cabeça/ano, entende-se a importância das pequenas criações para a sobrevivência das famílias.

Tabela 2 –Produção de aves e de ovos em 2012 dos agricultores dos municípios do território da Serra Geral – MG

Município	Aves (nºx 1000)	Propriedades (nº)[1]	Aves/ Propriedade[2]	Propriedades comerciais (nº)[3]	% Comércio[4]
Catuti	13	440	30	44	10
Gameleiras	14	532	26	100	18,8
Mamonas	26	998	26	146	14,6
Mato Verde	21	679	21	141	20,7
Monte Azul	54	2007	27	250	12,4
Pai Pedro	24	884	27	77	8,7
Riacho dos Machados	28	968	29	235	24,3

Serranópolis de Minas	11	422	26	49	11,6
Espinosa	60	2.695	22	211	7,8
Jaíba	62	1496	41	267	17,8
Janaúba	46	1122	41	180	16
Manga	32	839	38	54	6,4
Matias Cardoso	27	587	46	25	4,3
Nova Porteirinha	20	343	58	67	19,5
Porteirinha	91	3090	29	531	17,2
Verdelândia	25	653	38	54	8,3
TOTAL	554	17755	33 [5]	2431	14,0

[1]Propriedades que possuem criatório de aves.
[2] Número médio de aves por propriedade.
[3]Propriedades que comercializaram ovos no ano de 2012.
[4]Percentual de propriedades que comercializaram ovos.
[5]Número médio de aves por propriedade.
Fonte: IBGE / Cidades / MG, 2012.

Nas Tabelas 3 e 4 estão sintetizados os resultados da pesquisa realizada pela Emater – MG, no que diz respeito à composição de renda dos pequenos agricultores de Serranópolis de Minas, um dos municípios pertencentes ao território da Serra Geral. Verifica-se (Tabela 3) que a maior parte dos rendimentos financeiros (83,53%) é proveniente de recebimentos de salários e de políticas públicas sociais do governo federal. Todos os entrevistados declararam ter nos serviços externos à propriedade a maior fonte de renda (52,61% da renda total). Em sua quase totalidade, são empregos temporários e/ou sazonais, com ênfase para a colheita de café na região Sul de Minas Gerais. Este tipo de serviço está de acordo com a necessidade dos agricultores disporem de

seu tempo com certa liberdade, já que nos períodos de safra estarão comprometidos com as tarefas em suas propriedades, visando à produção agrícola. Esta necessidade de liberdade na disposição do tempo, segundo diversos autores, é característica básica dos camponeses.É importante salientar a relevância do programa social "Bolsa Família" e da aposentadoria na composição de renda dessas famílias (14,45 e 16,47%, respectivamente).Com relação ao peso da produção agropecuária das propriedades na renda dos agricultores entrevistados do município de Serranópolis de Minas, verifica-se que apenas 16,47% da renda total declarada provêm da produção agropecuária efetivamente comercializada, sendo o leite de vaca a principal fonte de receita, seguida pela comercialização de carne de suínos e de bovinos. Interessante observar que, segundo os entrevistados, a comercialização da carne de suínos e de aves normalmente é realizada na propriedade, muitas vezes entre vizinhos, representando mais uma forma de reprodução social.

Tabela 3 – Composição média da renda anual dos pequenos agricultores do território da Serra Geral – MG, município de Serranópolis de Minas em 2011

Especificação	Tipo/Produto	Valor (R$)	%
Serviço externo	Diarista	3.607,50	52,61
Políticas	Bolsa Família	990,86	14,45
assistencialistas	Aposentadoria/pensão	1.128.93	16,47
Total – Rendas externas		5.727,29	83,53
Produção	Mandioca	46,43	
agropecuária	Feijão	49,29	
comercializada	Aves (corte)	47,14	

	Suínos	314,64	
	Leite de vaca	530,55	
	Bovinos (corte)	125,00	
	Outros	16,07	
Total – Rendas internas		1.129,12	16,47
TOTAL GERAL		6.856,41	100

Fonte: Emater – MG, pesquisa de campo (2011).

Na Tabela 4, verifica-se que a maior parte da produção agropecuária dessas propriedades não é comercializada, destinando-se ao consumo dos familiares e à alimentação de suas criações. O milho, corroborando os dados do IBGE citados anteriormente, é a principal cultura, cultivado em todas as propriedades das famílias entrevistadas, em área média inferior a 1 ha. A produção deste grão se destina, predominantemente, à alimentação dos animais criados na propriedade: aves, suínos e bovinos. O feijão vem em segundo lugar, cultivado em 75% das propriedades analisadas. Observa-se que mais de 85% das propriedades criam aves para consumo, e 65% destas, aproximadamente, também criam suínos e/ou bovinos.A produção da terra destinada prioritariamente ao consumo familiar é outra característica atribuída ao campesinato.

Tabela 4 – Produção agropecuária para subsistência/autoconsumo dos pequenos agricultores do território da Serra Geral – MG, município de Serranópolis de Minas. Dados de 2011

Produto	Área (Ha)	Produção*	%**
Milho	0,80	374,64	100
Feijão	0,56	99,46	75,00

Aves	15	85,71
Suínos	04	64,29
Bovinos	03	64,29

*Unidade de produção agrícola em quilogramas e unidade de produção animal em número de cabeças.
** Percentual de unidades familiares que praticam a atividade.
Fonte: Emater – MG, pesquisa de campo (2011).

Os resultados do trabalho da Emater evidenciam duas características básicas daquela população: a pluriatividade e a policultura. A policultura ou multifuncionalidade diz respeito à diversidade de atividades agropecuárias nas propriedades, contribuindo para a diversificação alimentar e a sustentabilidade da atividade produtiva. Camargo e Oliveira (2012) enfatizam a importância destas características para a manutenção do modo de vida dessas populações. Segundo eles,a multifuncionalidade da agricultura familiar é essencial para a manutenção socioeconômica das famílias, promovendo a sua segurança alimentar, além de contribuir para a preservação dos recursos naturais.Já a pluriatividade se refere à necessidade dessas pessoas buscarem serviços externos de modo a complementar sua renda, o que tem se mostrado de fundamental importância para a reprodução social das famílias no meio rural.

5. Conclusão

Com base nas análises apresentadas, os agricultores familiares do território da Serra Geral demonstram características que possibilitam sua identificação como camponeses modernos, de acordo com as definições de campesinato descritas anteriormente. Apesar da

necessidade de adaptação às exigências da sociedade moderna, visando sua reprodução social, não abandonaram os hábitos e costumes tradicionais peculiares ao campesinato.São pessoas pobres, possuidoras de pequenas propriedades, onde residem e trabalham a terra de forma estritamente familiar. Utilizam a policultura, cultivando pequenas lavouras de grãos e criando alguns animais para consumo próprio, apesar de ocasionalmente comercializarem o excedente, frequentemente dentro da própria comunidade. Por necessidade, praticam a pluriatividade, buscando serviços externos para complementação de renda, normalmente de forma temporária e sem vínculos permanentes, a fim de assegurar a sua autonomia.

Entendemos, no entanto, que esses agricultores não podem ser enquadrados como "miseráveis", de modo a garantir o seu acesso ao PBSM,uma vez que, apesar dos rendimentos com a atividade agropecuária os caracterizarem como miseráveis,de acordo com os parâmetros do governo, a maioria dispõe de outras fontes de renda, principalmente por meio de serviços externos não regulamentados. Há que se considerar ainda a produção para consumo obtida na propriedade, fundamental para a manutenção da família, em geral não computada nos cálculos da renda.Consideramos ser necessário adequar a assistência a esse público ao conhecimento prévio de sua realidade, seus anseios e necessidades, em vez de rotulá-los de forma arbitrária, com base em parâmetros equivocados, com o único objetivo de atingir metas estipuladas em programas políticos.

Importante salientar que este trabalho não aborda todos os ângulos relativos à realidade dessa população, mas aponta para a necessidade de estudos meticulosos, visando conhecer profundamente o modo de vida dessas pessoas, seus hábitos, costumes e formas de

reprodução social, quando se objetiva interferir de alguma maneira sobre tal realidade.

Referências

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. "Redescobrindo a família rural". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. "Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa". **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 9, set. 2012 .

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.**
Disponível em:www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/.

_____. **Censo Agropecuário 2006.**
Disponível em:www.ibge.gov.br/home/estatistica/.../agropecuaria/censoagro/2006/.

_____. **Cidades / MG.** Disponível em:http://cod.ibge.gov.br/119.

LIMA, Kilvia Kalidia Sales de; LOPES, Priscila Fabiana Macedo. "A qualidade socioambiental em assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, Brasil". **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 12, dez. 2012 .

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes**. Paris, A.Colin, 1976. 236 p.

NAVARRO, Zander. "A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica". In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO,José Eustáquio R.; NAVARRO, Zander. (Orgs.) **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectiva.** Brasília,

Ipea, 2010, p. 157-84.

PEREIRA, José Roberto. De camponeses a membros do MST: Os novos produtores rurais e sua organização social. 2000. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2000.Governo Federal. **Portal da Cidadania**. Disponível em http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/one-community.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1976.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro". In: Tedesco, João Carlos. **Agricultura familiar, realidades e perspectivas**. 2ªed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.

WOORTMANN, Klaus. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral.Brasília, UnB, 1990 (Anuário Antropológico, 87).

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, Editora UFRGS, nov. 2008.